

Anexos às demonstrações financeiras

Nota introdutória

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo é uma pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 505 987 449 com sede no Largo Dr. Vilhena, n.º 1 em Figueira de Castelo Rodrigo.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas a seguir apresentadas respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. As notas não referenciadas não são aplicáveis.

8.1 – Caracterização da entidade

A caracterização do Município foi feita num mapa próprio. Mapa apresentado em anexo.

8.2 – Notas ao Balanço e demonstração de resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem neste momento inventariados todos os seus bens.

Destacamos aqui uma breve explicação para a reserva que tem sido colocada nas contas do Município, em anos anteriores, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que procede à certificação das contas do Município e que foi objeto de recomendação do Tribunal de Contas relativamente às contas do exercício de 2009.

Assim, refira-se o seguinte:

- 1- O Município sempre discordou da colocação daquela reserva nas contas;
- 2- A reserva não diz respeito à não contabilização ou contabilização errada dos Proveitos Diferidos na conta 274, contabilização que sempre ocorreu desde a implementação da contabilidade patrimonial nos exatos termos em que o define o Decreto-lei 54-A/99 de 22 de fevereiro que procedeu à implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- 3- A reserva apenas diz respeito às dúvidas que os revisores colocam no sentido de saber exatamente se todos os proveitos recebidos anteriormente à implementação do POCAL influenciam ou não os bens do ativo imobilizado.
- 4- Uma mudança de política contabilística como a implementada pelo POCAL, poderá eventualmente levar a algumas dúvidas nesta matéria, neste Município ou em qualquer outro.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

BALANÇO

ATIVO

Nada a referir.

PASSIVO

Nada a referir.

FUNDO PATRIMONIAL

Nada a referir.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Nada a referir.

PROVEITOS E GANHOS

Nada a referir.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados bem como os métodos e princípios contabilísticos respeitam o POCAL e foram os seguintes:

1- Imobilizações corpóreas e bens do domínio público

As imobilizações corpóreas e os bens do domínio público encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção (IVA incluído, por não ser dedutível, exceto nos bens afetos à atividade de venda de água).

As amortizações foram efetuadas pelo método das quotas constantes e utilizadas as taxas constantes da Portaria 671/2000 de 17 de abril de (Cadastro e Inventário de Bens do Estado)

2- Existências e materiais diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, exceto nos materiais utilizados na atividade de venda de água), relativo aos materiais aprovisionáveis destinados ao consumo, tendo sido utilizado o sistema de inventário intermitente.

3- Subsídios ao investimento

Os subsídios atribuídos ao Município para financiamento de imobilizações, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

4- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra.

5- Especialização dos exercícios

O Município regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual, as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Acréscimos e Diferimentos".

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo, durante o exercício de 2019, não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2019 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afetado.

Nada a referir.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

Não aplicável.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões, de acordo com os quadros seguintes.

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões encontram-se discriminados nos quadros seguintes.

Importa referir, no entanto, o seguinte:

- a) Os movimentos na coluna *Aumentos* no valor de 1.177.322,55€, e 396.582,53€ dizem respeito respetivamente a *Bens do Domínio Público e Imobilizações Corpóreas* e correspondem ao desenvolvimento normal da atividade do Município, nomeadamente ao investimento em curso e já terminado.

- b) Não houve durante o exercício de 2019 qualquer alienação por parte do município.
- c) O movimento na coluna *Sinistros+Abates+Transferências* apresenta as seguintes situações:
 - a. O valor de 61.182,19€ respeita a transferências de imobilizado em curso para imobilizado finalizado.
- d) Relativamente ao mapa das *Amortizações e Provisões* o valor registado na coluna do *Reforço* corresponde ao valor das amortizações do exercício, enquanto que o valor das *Regularizações* corresponde ao valor respeitantes às amortizações acumuladas de anos anteriores dos bens referentes às entidades Biosfera, Construções Unipessoal, Lda e BIU – Construções, Lda, que foram reconhecidos apenas em 2019.

Ano: 2019

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	90.192,68	0,00	0,00	0,00	0,00	90.192,68
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	28.727.029,64	0,00	184.343,72	0,00	26.687,03	28.938.060,39
Bens do património histórico, artístico e cultural	283.830,62	0,00	0,00	0,00	0,00	283.830,62
Outros bens de domínio público	4.187,42	0,00	0,00	0,00	0,00	4.187,42
Imobilizações em curso	1.345.462,74	0,00	992.978,83	0,00	-61.182,19	2.277.259,38
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	30.450.703,10	0,00	1.177.322,55	0,00	-34.495,16	31.593.530,49
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	11.070,98	0,00	0,00	0,00	0,00	11.070,98
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	11.070,98	0,00	0,00	0,00	0,00	11.070,98
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	570.469,84	0,00	0,00	0,00	0,00	577.469,84
Edifícios e outras construções	14.336.584,92	0,00	234.726,93	0,00	34.495,16	14.605.807,01
Equipamento básico	3.071.404,96	0,00	19.776,02	0,00	0,00	3.091.180,98
Equipamento de transporte	1.275.265,43	0,00	69.255,67	0,00	0,00	1.344.521,10
Ferramentas e utensílios	76.872,31	0,00	15.046,30	0,00	0,00	91.918,61
Equipamento administrativo	1.634.283,98	0,00	50.196,76	0,00	0,00	1.684.480,74
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	402.612,50	0,00	7.580,85	0,00	0,00	410.192,98
Imobilizações em curso	64.267,50	0,00	0,00	0,00	0,00	64.267,50
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	21.438.761,07	0,00	396.582,53	0,00	34.495,16	21.869.838,76

De Investimentos Financeiros							
Partes de capital	169.641,97	0,00	0,00	0,00	0,00	169.641,97	
Obrigações e títulos de participação	326.569,50	0,00	0,00	0,00	0,00	326.569,50	
Investimentos em imóveis							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras aplicações financeiras							
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros títulos	1.309,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1.309,23	
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	497.520,70	0,00	0,00	0,00	0,00	497.520,70	

Amortizações e Provisões

Ano: 2019

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final	
De bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	63.192,73	4.212,84	0,00	67.405,57
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	13.079.928,74	927.032,40	-51.894,35	14.058.855,49
Bens do patri. histórico, artístico e cultural	4855	53.726,84	5.233,92	0,00	58.960,76
Outros bens de domínio público	4859	2.512,44	837,48	0,00	3.349,92
		13.199.360,75	937.316,64	-51.894,35	14.188.571,74
De imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De imobilizações corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	2.313.616,81	155.395,84	0,00	2.469.012,65
Outras construções	48222	1.841.142,80	138.675,00	0,00	1.979.817,80
Equipamento básico	4823	2.812.390,71	70.756,80	0,00	2.883.147,51
Equipamento de transporte	4824	949.956,25	51.245,28	0,00	1.001.201,53
Ferramentas e utensílios	4825	59.908,65	5.610,24	0,00	65.518,89
Equipamento administrativo	4826	1.466.747,60	83.197,72	0,00	1.549.945,32
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	224.484,00	21.313,65	0,00	245.797,65
		9.668.246,82	526.194,53	0,00	10.194.441,35
Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00		0,00

8.2.8 – Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Os mapas que se seguem apresentam uma descrição do ativo imobilizado, evidenciando a estrutura do imobilizado, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates e valores líquidos:

- Valor do imobilizado Bruto e Líquido

(ver mapa anexo)

- Mapa de amortizações – movimentos do exercício

(ver mapa anexo)

- Mapa de amortizações por GH

(ver mapa anexo)

- Mapa de bens abatidos por conta

(ver mapa anexo)

- Mapa de bens de investimentos financeiros

(ver mapa anexo)

- Mapa de bens do domínio público

(ver mapa anexo)

- Mapa de movimentos do exercício

(ver mapa anexo)

- Mapa de movimentos extraordinários - detalhe

(ver mapa anexo)

- Mapa com saldos de contas

(ver mapa anexo)

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Nos totais do imobilizado consta o valor de 2.567.754,04€ que diz respeito a imobilizações em poder de terceiros, por contrato de concessão.

Em concessão, encontra-se também imobilizado líquido no valor de 1.107.416,45€ à data de 31 de dezembro de 2011 (valor disponível até à data), à EDP Distribuição – Energia, S.A.

Conforme documento emitido por aquela entidade refere-se que o tratamento contabilístico daquele património é da responsabilidade daquela entidade.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não aplicável.

Imobilizações reversíveis.

Não aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

O Município tinha em locação um edifício (ex-Lacticínios), cuja posição contratual pertencia à Figueira Verde e que o Município assumiu em 2011, tendo pago no decorrer do ano de 2019 o remanescente do valor em dívida.

Para além daquele bem, o Município adquiriu em 2014, dois veículos ligeiros de passageiros em Leasing, tendo igualmente liquidado no presente ano o total do valor em dívida.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

O mapa seguinte apresenta os bens que não foi possível valorizar pelos motivos que a seguir se apresentam:

- a) Elevado estado de degradação e período de vida útil largamente ultrapassado.
- b) Em virtude de se desconhecer o valor e ano de aquisição, tornar-se-ia necessária uma avaliação que não atingiria eficácia, uma vez que são na generalidade livros escolares fortemente usados.

- Mapa de bens sem valor*

(ver mapa anexo)

8.2.15 – Identificação dos Bens de domínio público que não são objeto de amortização e identificação das respetivas razões.

Não aplicável

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com a indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

O Município detém participações nas seguintes sociedades em 31/12/2019:

Entidade	% Part.	Parcela Detida	Capital Próprio	Resultado Líquido
Matadouro Regional da Guarda, S.A	a)	7.481,97	a)	a)
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A	0,92%	91.960,00	a)	a)
Web para a Região Centro - ADR, S.A	0,83%	2.500,00	a)	a)
Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	1,57%	62.780,00	a)	a)
Fundação Museu do Douro	a)	4.920,00	a)	a)
Fundo de Apoio Municipal	a)	326.569,50	a)	a)
		496.211,47		

a) Dados financeiros não disponíveis

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos negociáveis" e "Outras Aplicações de tesouraria", indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo não dispõe de investimentos em Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

8.2.18 – Discriminação da conta "Outras Aplicações Financeiras", com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de Balanço.

O Município de Figueira de Castelo Rodrigo não dispõe de Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a referir.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

As dívidas de cobrança duvidosa registadas na conta 218 apresentam um valor de 151.216,95€ e dizem respeito à venda de *água e serviço de saneamento*. O Município criou provisões para aquele valor de acordo com o quadro referente à nota 8.2.27.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Não existem dívidas ativas ou passivas para com o pessoal da autarquia.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Não existem dívidas em mora incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas

O mapa seguinte apresenta uma desagregação das garantias e caucões prestadas, encontrando-se desagregado na contabilidade por obra e fornecedor.

Ano: 2019

8.2.26 - Contas de Ordem

Unidade: Euros

Contas		SALDO		MOVIMENTO ANUAL		SALDO	
		GERÊNCIA ANTERIOR				GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.014.934,58		98.845,14		1.113.779,72	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c						
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado	1.014.934,58		98.845,14		1.113.779,72	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				99.825,94		99.825,94
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de imobilizado				99.825,94		99.825,94
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		1.014.934,58		98.845,14	99.825,94	1.013.953,78	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro						
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança				0,00			
Total		1.014.934,58		98.845,14	99.825,94	1.013.953,78	

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

Os movimentos ocorridos no exercício nas contas de provisões constam do quadro que se segue:

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Ano: 2019

Unidade: Euros

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	140.220,63	7.114,59	0,00	147.335,22
292	Provisões para Riscos e Encargos	231.048,60	0,00	231.048,60	0,00
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

As provisões para cobranças duvidosas foram criadas com base na dívida que se encontra na conta 218, da seguinte forma:

- a) 100% para valores em dívida com mais de 12 meses
- b) 50% para valores em dívida com mais de 6 meses

Na rubrica Provisões para Riscos e Encargos foi registada uma diminuição no valor de 231.048,60€, para repor na totalidade a constituição de uma provisão constituída em 2017, relativa a dois processos judiciais, relacionados com factos ocorridos no mandato autárquico 2009/2013, dado que em 2019 foram proferidas sentenças homologatórias dos acordos de transação celebrados entre as partes.

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Os movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 constam do quadro que se segue:

Contas	Descrição Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Transferências	Saldo Final
51	Património		19.760.119,34				19.760.119,34
55	Ajustamentos Partes Capital						
56	Reservas de Reavaliação						
571	Reservas Legais		300.418,20				300.418,20
572	Reservas Estatutárias						
573	Reservas Contratuais						
574	Reservas Livres						
575	Subsídios		37.274,74				37.274,74
576	Doações						
59	Resultados Transitados	a)	-967.240,48	442.400,50	222.808,93		-747.648,91
88	Resultado Líquido	a)	-170.914,58	905.407,64			734.493,06
			18.959.657,22	1.347.808,14	222.808,93		20.084.656,43

- a) O Município tem por política transferir no início do ano seguinte a totalidade do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior para a conta de resultados transitados, efetuando apenas no final do ano o registo da aplicação do resultado de acordo com a aprovação da proposta de aplicação de resultados prevista no Relatório de Gestão quando este é positivo.

Os movimentos registados na rubrica 59 - Resultados Transitados correspondem:

- Nos Aumentos registaram-se os seguintes movimentos:
 - Regularização de Iva Prorata de anos anteriores no valor de 211.351,90€.
 - Reposição das Provisões para Riscos e Encargos constituídas em 2017 no valor de 231.048,60€, a dois processos judiciais, relacionados com factos ocorridos no mandato autárquico 2009/2013, dado que em 2019 foram proferidas sentenças homologatórias dos acordos de transação celebrados entre as partes.
- Nas diminuições registaram-se os seguintes movimentos:
 - Transição do Resultados Líquido do exercício de 2018 no montante de -170.914,58€;
 - Reconhecimento de amortizações relativas a exercícios anteriores, no valor de 51.894,35€, relacionadas com o reconhecimento em 2019 dos bens de domínio público associados aos processos judiciais suprarreferidos.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Figueira de Castelo Rodrigo

Ano: 2019

Unidade: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	61.984,90
Compras	388.115,34	152.521,44
Regularizações de Existências	0,00	38.119,91
Existências Finais	0,00	96.145,00
Custos no Exercício	388.115,34	156.481,25

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2019

Unidade: Euros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	104.560,18	67.965,22	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	1.255,55	3.250,88
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	16.108,69	14.394,33	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-119.413,32	-79.108,67	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		1.255,55	3.250,88			1.255,55	3.250,88

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Demonstração de resultados extraordinários

Ano: 2019

Unidade: Euros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	249.531,22	330.572,38	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	9.948,12	23.209,67
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	2.215,00
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios e penalidades contratuais	332,10	633,79
696	Aumentos de amortizações e de provisões	7.114,59	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	7.285,41
697	Correções relativas a exercícios anteriores	83.895,70	170.552,89	797	Correções relativas a exercícios anteriores	370.884,49	84.544,93
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	385.054,37	383.302,32
699	Outros Custos e Perdas	0,00	0,00				
	Resultados extraordinários	425.677,57	65,85				
		766.219,08	501.191,12			766.219,08	501.191,12

8.2.33 – Factos Relevantes Ocorridos Após o Encerramento do Ano

Eventos Subsequentes

Portugal está, como a restante população mundial, a atravessar um estado de pandemia global provocado pelo Covid-19 (Coronavírus).

Além do custo humano que esta pandemia já provocou e que provavelmente ainda continuará a ocorrer, existem também inúmeras situações às quais será necessário intervir, quer para o reativar do funcionamento da economia, onde se inclui as ajudas à manutenção de postos de trabalho e de empresas, quer em auxílio de diversas situações sociais decorrentes do abrandamento da economia mundial, como seja desemprego, pobreza ou a falta de recursos para subsistência.

Assim, a pandemia associada ao COVID-19 tem por consequência um quadro de incerteza de que, eventualmente, resultarão perdas de receitas e aumento de despesas correntes, contudo, não colocará em causa a capacidade de execução dos projetos orçados para 2020.